

TJPR – Agravo nº 334.733-5 - Acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR. PRÁTICA DE ATO INCOMPATÍVEL COM A FUNÇÃO. AFASTAMENTO CAUTELAR EM DEMANDA PROPOSTA PARA DESTITUÍ-LO DO CARGO. DECISÃO ACERTADA. RECURSO DESPROVIDO. Inexiste qualquer irregularidade na decisão que afasta liminarmente membro do Conselho Tutelar, inclusive com a suspensão da remuneração, se há sérios indicativos de que ele teve conduta incompatível com o cargo, já que teria, durante a madrugada, após ter ingerido bebida alcoólica, dando carona a um menor de idade e conduzindo seu veículo em alta velocidade, capotado o automóvel, conduta que expôs a riscos a vida do menor.

TJPR – Reexame Necessário nº 340.309-6 - Acórdão

REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONSELHO TUTELAR - COMPOSIÇÃO FIXADA POR LEI MUNICIPAL EM NÚMERO INFERIOR AO PREVISTO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - PEDIDO DE AFASTAMENTO DOS MEMBROS PARA PARTICIPAÇÃO EM PLEITO ELEITORAL - AUSÊNCIA DE SUPLENTE PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DO CONSELHO - PEDIDO PARA QUE SEJAM ELEITOS NOVOS CONSELHEIROS DE ACORDO COM O QUE ESTABELECE A LEI FEDERAL Nº 8.069/90 E A LEI MUNICIPAL Nº 1.086/91 - DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 1.482/2002 - SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO - DECISÃO UNÂNIME. - Embora os municípios detenham competência legislativa suplementar à da União, dos Estados e do Distrito Federal, não pode haver a edição de lei municipal que regule de modo diverso assunto já tratado em lei federal, sobretudo quando a matéria foge a sua competência. - Deve ser declarada incidentalmente a inconstitucionalidade de lei municipal que fixou o número de membros do Conselho Tutelar em contrariedade ao que prevê o artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sobretudo por causar solução de continuidade nas atividades do órgão, por falta de suplentes para assumir as funções.

TJSP – Agravo de Instrumento nº 727.958-5 - Acórdão

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Afastamento provisório de Conselheiro Tutelar do Município de Itaquaquecetuba – Irregularidades no cumprimento de carga horária diária de trabalho – Período que deve corresponder a 8 horas diárias de trabalho, no intervalo das 8 às 17 horas – Inteligência da Lei Municipal nº 1364/92 (artigo 35 e seu parágrafo único), combinada com a Resolução nº 75/01 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (artigo 4º) e com o Regimento Interno do Conselho Tutelar de Itaquaquecetuba (artigos 4º e 5º) – Agravante, porém que exerce suas funções das 8 às 14 horas (6 horas de carga diária) – Escala de plantões (noturno e fins de semana) que não se confunde com a carga horária diária que todo Conselheiro Tutelar deve cumprir – Afastamento provisório determinado judicialmente – Possibilidade – Exaurimento das vias administrativas – Desnecessidade – Em princípio, presença dos requisitos autorizadores para a concessão da liminar na ação civil pública (fumus boni jûris e periculum in mora) – Manutenção do r. ato decisório impugnado – Improvimento, prejudicada a suspensividade pleiteada.

TJSP – Apelação Cível nº 0003176-66.2008.8.26.0370 - Acórdão

Apelação - Mandado de segurança - Nulidade de portaria e sindicância instaurada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apuração de ato obsceno atribuído a Conselheiro Tutelar - Inocorrência de nulidade - Competência expressa do Conselho Municipal instituída pela Lei Municipal (nº 1398/2003), para adoção de providências e aplicação de penalidades - Constituição regular de comissão sindicante - Nomeação de pessoas imparciais - Ampla defesa e contraditório, observados - Exposição suficiente dos fatos - Prova evidente da ciência da acusação - Acompanhamento de todos os atos praticados na sindicância - Oportunidade

de produção de provas também assegurada - Penalidade cabível, nos termos da citada legislação municipal - Não provimento do recurso.

TJSP – Apelação Cível nº 994060937220 - Acórdão  
MANDADO DE SEGURANÇA - Eleição para mandato em Conselho Tutelar - Suposta ilegalidade - Competência da Colenda Câmara Especial, uma vez que se trata de matéria afeta à área da Infância e Juventude, conforme artigo 33, Parágrafo único, inciso IV, do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça - Recurso não Conhecido.

TJSP - Apelação nº 9000001-38.2008.8.36.0360 - Acórdão  
AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Ação procedente para o fim de cassar o mandato e suspender remuneração de Conselheiro Tutelar - Arguição de nulidade do procedimento administrativo que antecedeu a propositura da ação Desnecessidade de esgotamento da via administrativa para o ajuizamento da ação civil pública - Mero exercício do amplo direito de defesa e esgotamento do duplo grau de jurisdição - Provas suficientes de descumprimento de atribuições previstas no artigo 136 do ECA Desrespeito ao princípio da proteção integral, norteador do ECA - Recurso improvido.

TJSP - Apelação nº 0002782-80.2008.8.26.0654 - Acórdão  
APELAÇÃO - Ação Civil Pública - Destituição de Conselheira Tutelar – Conduta incompatível com o exercício das funções – Irregularidades praticadas no dia da eleição ao Conselho Tutelar e durante o exercício do cargo de conselheira – Pretensão de inversão do julgamento – Impossibilidade – Farta prova a confirmar os termos da petição inicial – Comprovação do do transporte de eleitores até o local de votação, do uso do cargo para promoção de campanha política, do recebimento de cabos eleitorais no prédio do Conselho, do uso de veículos e telefones, e desvio de cestas básicas - Condutas que caracterizam comportamento inidôneo para as funções de integrantes do Conselho Tutelar - Aplicação correta da Lei Municipal nº 31/1995 – Recurso Não Provido.

TJSP – Apelação Cível nº 0093722-84.2006.8.26.0000  
Mandado de Segurança – Eleição para mandato em Conselho Tutelar – Suposta ilegalidade – Competência da Colenda Câmara Especial, uma vez que se trata de matéria afeta à área da Infância e Juventude, conforme artigo 33, Parágrafo único, inciso IV, do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça – Recurso não conhecido.